

**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **OS LIMITES E POSSIBILIDADES DO COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE CARAJÁS (PA)**

**Raimundo Nonato Santos da Silva**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGPAM - Unifesspa). Técnico Administrativo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. E-mail: [raimundo.silva@unifesspa.edu.br](mailto:raimundo.silva@unifesspa.edu.br)

**Daniel Nogueira Silva**

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Professor Permanente da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFGPA) e do PPGPAM (Unifesspa). E-mail: [daniel.nogueira@unifesspa.edu.br](mailto:daniel.nogueira@unifesspa.edu.br)

### **Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional**

#### **RESUMO**

As cooperativas de pequenos agricultores podem atuar como um importante instrumento para fomentar a promoção do desenvolvimento regional e viabilizar a permanência das pessoas nas suas propriedades com geração de renda e qualidade de vida. Contudo, essas práticas econômicas possuem alguns limites estruturais para alcançar os objetivos que se propõem. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a dinâmica organizacional e produtiva do cooperativismo na região de Carajás (PA), com base nos principais desafios econômicos e organizacionais enfrentados pela Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUFA). Para isso, em um primeiro momento é apresentado alguns aspectos do debate sobre o campesinato e o papel do cooperativismo agrário. Em seguida, é utilizada uma abordagem qualitativa baseada no diálogo com os atores locais que permite sistematizar alguns dos principais limites e potencialidades dessas experiências econômicas no território estudado.

Palavras-Chave: Campesinato; Cooperativismo; Amazônia Brasileira.

#### **ABSTRACT**

Small farmers' cooperatives can act as an important instrument to encourage the promotion of regional development and enable people to stay on their properties with income generation and quality of life. However, these economic practices

have some structural limits to achieving the proposed objectives. Therefore, this article aims to analyze the organizational and productive dynamics of cooperativism in the region of Carajás (PA), based on the main economic and organizational challenges faced by the Family Production Cooperatives Center in the Amazon Region (FPCCA). For this, at first, the main aspects of the debate on the peasantry and the role of agrarian cooperativism are presented. Then, a qualitative approach based on dialogue with local actors is used, which allows systematizing some of the main limits and potential of these economic experiences in the studied territory.

Keywords: Peasantry; Cooperativism; Brazilian Amazon.

## REANUDAR

Las cooperativas de pequeños agricultores pueden actuar como un instrumento importante para fomentar la promoción del desarrollo regional y permitir que las personas permanezcan en sus propiedades con generación de ingresos y calidad de vida. Sin embargo, estas prácticas económicas tienen algunos límites estructurales para lograr los objetivos propuestos. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar la dinámica organizativa y productiva del cooperativismo en la región de Carajás (PA), a partir de los principales desafíos económicos y organizativos que enfrenta la Central das Cooperativas de Produção Familiar en la Región Amazônica. (CUIA). Para ello, en un primer momento, se presentan algunos aspectos del debate sobre el campesinado y el papel del cooperativismo agrario. Luego, se utiliza un enfoque cualitativo basado en el diálogo con los actores locales, que permite sistematizar algunos de los principales límites y potencialidades de estas experiencias económicas en el territorio estudiado.

Palabras clave: Campesinado; cooperativismo; Amazonía brasileña.

## 1. INTRODUÇÃO

A principal questão que mobiliza a reflexão do presente texto é entender os desafios e potencialidades das cooperativas ligadas aos trabalhadores camponeses na Amazônia brasileira. De partida, alguns temas emergem dessa discussão aqui proposta. O primeiro deles diz respeito ao próprio recorte territorial da análise, a Amazônia Brasileira. Como apontado por uma vasta e diversa literatura, esse território está imerso em um conjunto complexo de dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e históricas, o que exige que algumas qualificações e mediações sejam definidas para um melhor desenvolvimento da questão que orienta o trabalho. Nesse sentido, foi escolhida a região de Carajás no estado do Pará (MONTEIRO, SILVA, 2021) como território amazônico a ser estudado.

Essa região é uma síntese importante das principais dinâmicas contemporâneas da Amazônia brasileira, o que torna esse território central para a compreensão das questões que emergem do desenvolvimento regional. A exploração capitalista das riquezas naturais, marcadamente a mineração (WANDERLEY, 2009), articula esse território com dinâmicas do capitalismo financeirizado, dado que a exploração desses recursos está subordinada à lógica e as estratégias econômicas das grandes empresas multinacionais (FELIX, 2020). Tais dinâmicas estão associadas, entre outros determinantes e condicionantes, com a expansão da fronteira do agronegócio, que além dos

impactos no ecossistema, notadamente no desmatamento, também provoca tensões e conflitos nas relações sociais (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020). Nesse contexto econômico de ampliação da influência do capitalismo financeirizado no território, associada à expansão da fronteira do agronegócio, fazem emergir outras problemáticas, como a da questão urbana, que impõem novos desafios para o desenvolvimento das cidades e suas populações (CARDOSO, *et al.*, 2018).

Além da Amazônia, um segundo tema que a discussão desse trabalho mobiliza é o debate sobre o campesinato. Uma longa tradição teórica dentro do marxismo tem focado seus esforços na compreensão desse grupo social. Inicialmente as divergências entre Lênin, Kautsky e Chayanov (HUNT, 1979), impulsionaram o debate, focando, especialmente, no caso da Rússia do início do século XX, e que depois foi expandida por diversos autores para o estudo de outras economias, como a dos Estados Unidos (SCHULMAN, *et al.*, 1989). Em países como o Brasil, com uma formação histórica colonial/escravocrata marcada por uma profunda concentração e conflitos de terra, esses debates foram explorados em diferentes vertentes, com importantes contribuições para pensar a questão agrária brasileira (FELÍCIO, 2014).

Algumas qualificações nas discussões teóricas vêm fornecendo importantes insights sobre as dinâmicas econômicas e sociais do campesinato, esse é o caso das contribuições construídas por Costa (2000, 2012, 2021). Apoiando a sua leitura na tradição Chayanoviana, e tomando como referência a experiência de povos amazônicos, o autor aponta diversos limites de leituras mecanicistas das premissas marxistas apontadas por Lênin e Kautsky. Segundo o autor, a cooperação entre os camponeses, aliada a uma reforma agrária, não podem ser subestimadas na construção de um paradigma de produção no campo (COSTA, 2012).

Além do debate sobre Amazônia e o campesinato, o terceiro tema que compõe a questão que orienta o presente trabalho é o cooperativismo dentro da economia campestre. Articular esses dois temas tem sido explorado por uma ampla literatura acadêmica, que analisa o tema a partir de diferentes vertentes teóricas. Brass (2019) aponta o papel que as cooperativas desempenham na proteção das famílias dos agricultores e no apoio à integração vertical na transição agrária. Isso é reforçado por Valentinov (2007), a partir de uma abordagem institucionalista e complementado por Staatz (1987) que também analisa o papel das cooperativas a partir da teoria dos custos de transação.

Dentro do território amazônico, as pesquisas no campo do cooperativismo em comunidades rurais que focam em estudos de caso tomam o exemplo do município de Tomé Açu (PA) como uma principal referência de sucesso (PIEKIELEK, 2010; SAES, *et al.*, 2014; FUTEMMA, *et al.*, 2020; HUMPHRIES, *et al.*, 2020). Nesse território, diferentes modelos de cooperação entre pequenos agricultores e outros agentes sociais têm emergido, tornando-se um importante espaço para o desenvolvimento de estudos sobre o papel do cooperativismo e de outras ações coletivas para o desenvolvimento rural. Experiências em comunidades indígenas (BURKE, 2010), populações extrativistas (SILVA, *et al.*, 2019), e em outras territorialidades (NASCIMENTO, *et al.*, 2014; RAMOS, *et al.*, 2022) também são explorados nos trabalhos sobre o cooperativismo na Amazônia.

Buscando colaborar com essa discussão, este trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica organizacional e produtiva do cooperativismo na região de

Carajás (PA). Para isso será feito um estudo de caso dos principais desafios econômicos e organizacionais enfrentados pela Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA), que atua na região de Carajás. A escolha da CUIA para análise se dá pelo papel que ela desempenha na articulação e organização das atividades de cooperativas no território objeto de análise deste trabalho, que é a região de Carajás (PA) (MONTEIRO, SILVA, 2021). Essa região, como apontado por Monteiro e Silva (2021), apresenta uma particularidade em sua formação histórica e econômica que a torna central para a compreensão das dinâmicas do capitalismo contemporâneo e suas repercussões na Amazônia Brasileira.

Para alcançar esses objetivos, o presente trabalho está dividido da seguinte forma. Em um primeiro momento é apresentado sinteticamente o debate sobre o campesinato, e a forma como essas questões repercutem na organização de ações coletivas, como o cooperativismo. Partindo dessa discussão teórica, em um segundo momento, é descrito em linhas gerais o desenvolvimento histórico do cooperativismo na região de Carajás (PA), com foco no surgimento da CUIA. Por fim, a partir de uma metodologia de pesquisa qualitativa baseada em informações coletadas das cooperativas que compõem essa Central, são analisados os principais desafios dessas cooperativas com base na teoria marxista.

## **2. A TEORIA DO CAMPESINATO: UM DEBATE PERMANENTE**

Dentro do pensamento marxista o debate sobre a questão agrária e o papel do campesinato é histórico e importante para entender o desenvolvimento do modo de produção capitalista no que diz respeito à estrutura fundiária, às relações produtivas e de trabalho no meio rural. No Brasil o tema foi amplamente abordado por diversos autores, principalmente a partir dos anos de 1960, com narrativas que retomam a própria história da colonização brasileira. Em síntese, a questão agrária envolve fatores como a terra, o capital, os meios de produção e a mão de obra. Importante ressaltar que neste longo período o capital tem causado grandes transformações na sociedade, em especial no meio rural, onde a exclusão do camponês fica mais evidente com o processo de expansão do capitalismo na agricultura.

De forma introdutória tendo como objetivo compreender melhor o debate na atualidade da questão agrária dentro da lógica do modo de produção capitalista, essa seção realiza uma breve síntese sobre as principais teorias agrárias. Com base em Felício (2014), é possível identificar duas vertentes principais do debate agrário: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Segundo o autor, para melhor compreender esses paradigmas, deve-se levar em consideração os elementos estruturantes constituídos pelo campesinato e pelo capital, e a partir dessa reflexão se entender as duas linhas de pensamento, posturas e interesses distintos que estão em disputa entre os dois Paradigmas.

As teorias desenvolvidas dentro do PCA compreendem que o capitalismo é capaz de planejar sua ação e atuar sozinho com objetivo de resolver problemas que surgem no processo de desenvolvimento da agricultura (LIMA, 2016). Dentro deste paradigma, haveria uma tendência interna do campesinato se tornar agricultura familiar. Para os autores dentro deste paradigma, no desenvolvimento capitalista a agricultura familiar e a agricultura camponesa se

distinguem, pois, o ambiente onde se desenvolve a agricultura familiar é o ambiente que vai asfixiar a agricultura camponesa.

De acordo com Abramovay (1998), que segundo Felício (2014) é um dos principais teóricos desse campo no Brasil, o processo de extinção do camponês que se refere é a transformação do modo de vida baseado numa produção de subsistência para uma inserção numa forma de trabalho que garanta a produção de excedente para ser comercializado com fins lucrativos. A principal tese é de que o capital elimina totalmente a possibilidade de existência do modo camponês, pois o modo capitalista obriga o camponês a se inserir no mercado.

Nesse contexto apresentado pelos autores da vertente do PCA é possível afirmar que o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura tem ocasionado grandes transformações nas relações de produção e trabalho no campo, e tem levado a agricultura a caminhar no sentido de atender às necessidades da industrialização. Rosa Lima (2016) assegura que o PCA marcha no sentido de acreditar que o campesinato se agregará as relações do mercado, na perspectiva das cobranças da agricultura moderna, tendo como resultado a transformação do camponês para agricultor familiar, abdicando daquilo que antes era um modo de vida, e que agora passa a ser uma forma de trabalho, uma profissão. Abramovay (2007) defende que o campesinato deixou de existir e se metamorfoseou em uma agricultura familiar que nada tem a ver com o velho campesinato defendido por Chayanov (1966) em suas teorias. Essa agricultura familiar por sua vez estaria destinada a uma integração ao mercado capitalista, totalizando assim a sociedade capitalista.

Em contraponto ao pensamento do PCA, e mais antigo do que este, está a vertente do Paradigma da Questão Agrária (PQA), que defende a ideia de que a questão agrária no capitalismo é uma questão estruturante, onde os aspectos do campesinato e do capital tem interesses conflituosos. Tendo como base nas considerações dos teóricos clássicos Lenin (2012), Karl Kautsky (1988) e Alexander Chayanov (1966) que foram pioneiros na construção do conceito de campesinato, e são centrais para a compreensão do campesinato no mundo contemporâneo, apesar das divergências que há entre eles.

Kautsky (1988), em sua obra “Questão Agrária” produzida no final do século XIX, buscou analisar as propostas de transformações ocorridas na sociedade, e em especial refletindo a chegada no campo do capitalismo utilizando-se do método Marxista. Para o autor, a entrada deste modo de produção na agricultura provocava a concentração da riqueza, semelhante ao processo que ocorria na indústria. O capitalismo se desenvolveria a partir do processo industrial estabelecido nas cidades, e mesmo que os camponeses não dependessem do mercado para viver, esta realidade seria alterada pelo processo tecnológico desenvolvido na indústria moderna para atender os interesses do capital. Nesse processo, o progresso técnico seria levado à agricultura moderna pela burguesia rural, tanto a pequena como a grande, com a particularidade de que a última desempenha, para ele, o papel mais importante. O resultado deste processo seria a economia camponesa superada pelo progresso técnico a serviço do capitalismo (KAUTSKY, 1988).

O PQA defende a ideia de que o campesinato sempre buscou encontrar alternativas para criar e se recriar no campo, de maneira independente e autônoma ao sistema capitalista. Felício (2014), analisando a obra de Kautsky (1988), afirma que a agricultura capitalista provoca mudanças na agricultura camponesa, e que produz como consequência a expulsão dos camponeses do

campo, formando um grande exército de reserva de força de trabalho nas cidades. Contudo, o autor destaca que parte destes camponeses volta ao campo na forma de pequenos rendeiros. A principal conclusão da análise de Kautsky (1988) aponta para a tese de que a superioridade técnica da grande propriedade elimina a pequena propriedade camponesa, e determina como condição de desenvolvimento o trabalho acessório, ou seja, o camponês passa a ser considerado um assalariado em detrimento da unidade camponesa ser uma forma encontrada para que a família camponesa sobrevivesse no campo.

Ainda no contexto do debate agrário na Rússia do início do século XX, Chayanov (1974), que foi contemporâneo de Kautsky (1988), tornou-se o pioneiro em pensar a questão agrária a partir do estudo da unidade de produção camponesa. De acordo com Chayanov (1991), Karl Marx foi o propulsor da análise das leis econômicas fundamentais que atuavam no capitalismo, e dentro dele, a agricultura. O autor destaca em sua interpretação sobre a questão camponesa que o campesinato se adaptaria e resistiria ao sistema capitalista, onde seria capaz de reproduzir e, respondendo à sua maneira, às tensões próprias impostas pelo capitalismo industrial.

Chayanov (2014) deu uma contribuição importante para compreender os elementos particulares do campesinato. Aproveitando a sua experiência tanto como agrônomo quanto economista, investigou de forma detalhada a racionalidade do comportamento da unidade econômica camponesa, partindo de bases microeconômicas. A partir de sua análise dos sistemas econômicos capitalistas, contribuiu para a compreensão da economia camponesa, descrevendo o funcionamento das unidades camponesas familiares, destacando suas peculiaridades e as diferenciando do modo capitalista de produção. Isso pode ser mais bem entendido, quando o autor afirma que não se pode compreender a unidade camponesa como parte do sistema capitalista.

No mesmo sentido dos argumentos de Chayanov, Wood (2000) chama atenção para a relação entre o aumento da produtividade, da lucratividade e a propriedade individual plena já existir antes mesmo da proletarianização da força de trabalho na Inglaterra, inclusive sendo a responsável pelo surgimento da proletarianização. O formato exclusivo e excludente de produzir expropriou os camponeses, gerando um contingente de sem-terra, os quais foram sujeitos aos imperativos do mercado. De acordo com a autora, a ascendência do capital ocorre no período em que são realizadas as relações comerciais que são verificadas e reguladas pelos padrões do mercado. Acrescenta ainda, que os camponeses-proprietários, senhores de terra e funcionários constroem suas relações sem depender absolutamente do mercado. Enquanto isso, o mercado passa a mediar as relações entre os sujeitos e o capital passa a ser imprescindível.

Corroborando com esse debate sobre questão agrária e o campesinato, Costa (2000) enfatiza as especificidades da agricultura, em especial na Amazônia, argumentando que a unidade camponesa é provida de mecanismos que podem promover um desenvolvimento sustentável. O autor destaca que esta discussão parte tendo como ponto central a discussão dos aspectos produtivos e reprodutivos da estrutura camponesa e considerando princípios defendidos por Chayanov e regulações indicadas pela economia política marxista. Nesta discussão trazida por Costa (2020) define que é estratégica e fundamental pois apresenta uma visão alternativa para o desenvolvimento agrário e considera a importância do campesinato como organização social e econômica ativa, capaz

de construir estratégias de resistências no território para o enfrentamento aos interesses das sociedades capitalistas.

Segundo Chayanov (1966), uma das formas de promover a socialização do trabalho e o controle do capital comercial no nível dos processos de comercialização seria a cooperação. Para ele, isso culminaria no estabelecimento de um tipo de concentração vertical diferente, em que o cooperativismo permitiria aos camponeses assumirem o controle das etapas de processamento e comercialização de seus produtos agrícolas no lugar de grandes empresas. Portanto, no sistema capitalista, tal sistema de cooperativas constituía um dos meios para uma melhor inserção dos camponeses nos mercados agroalimentares.

Mais recentemente, as contribuições de Chayanov vêm sendo recuperadas por autores como Holt-Giménez *et al.* (2021), Hu *et al.* (2022) no esforço em compreender as dinâmicas agrárias, em especial dos trabalhadores organizados em cooperativas. Hu *et al.* (2022) destaca a importância de diferenciar a teoria de Chayanov desenvolvida em sua obra de 1966 (*Theory of Peasant Economy*), do seu trabalho publicado em 1991 (*The Theory of Peasant Co-Operatives*). Para esses autores, apesar de Chayanov (1991) reconhecer o papel do cooperativismo, o sucesso dessas experiências depende de condições que só são alcançadas em condições políticas e sociais específicas. Três teses centrais fundamentam a interpretação de Chayanov (1991) sobre o cooperativismo: a tese da integração vertical, a tese do movimento nacional e a tese da cultura cooperativa. Sem esses três elementos-chave as cooperativas terminam por enfrentar dificuldades para servir aos interesses de seus cooperados, ou perde seus elementos centrais. Além disso, o ambiente político e econômico nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil é quase sempre hostil para o fortalecimento das experiências cooperativistas no estilo proposto por Chayanov (1991).

### 3. UM BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NA REGIÃO DE CARAJÁS

Partindo da discussão sobre o campesinato e sua relação com o cooperativismo, o objetivo desta seção é avançar na reflexão e apresentar um breve resgate histórico do processo de surgimento e evolução da dinâmica social e produtiva da ação cooperativista para os agricultores dos projetos de assentamentos de Reforma Agrária na região de Carajás (PA). Em seguida, apresentar um diagnóstico organizacional das cooperativas ligadas ao campesinato que atuam nos projetos de assentamentos de reforma agrária na abrangência dessa região com base na teoria marxista.

A Região de Carajás compreende um recorte adotado recentemente por Monteiro e Silva (2021) e abrange quase que a totalidade dos municípios que compõem as Regiões Geográficas Intermediárias de Redenção e de Marabá, exceto os cinco municípios pertencentes à Região Imediata de Tucuruí<sup>1</sup>. Esta região tem uma trajetória muito recente de ocupação do território e é marcada por intensos conflitos agrários, amplamente relatada na literatura (CONGILIO, 2014). Esse contexto de luta social foi central no processo de organização produtiva na agricultura familiar com base no cooperativismo ligado ao campesinato.

É nesse território que as cooperativas ligadas ao campesinato foram se tornando organizações importantes na luta dos trabalhadores do campo, e um

canal potencial para promover o desenvolvimento local e regional, em uma lógica diferente da do mercado. É notório que elas são organizações que desempenham um papel estratégico no contexto socioeconômico, na medida em que atuam apoiando seu desenvolvimento, principalmente, nas propriedades rurais de base familiar, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo.

Rocha (2020, p. 45) afirma que o surgimento do cooperativismo no estado do Pará ocorreu durante a ditadura militar. Foi neste período que surgiram as primeiras iniciativas estatais ligadas ao cooperativismo, ligadas à duas ações específicas: 1) o Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Pará (PRODECO-PA), de 1970 e 2) o Plano Integrado de Cooperativismo do Estado do Pará (PICEP), de 1975.

De acordo com Rocha (2020), essas duas ações tinham como intuito impulsionar o processo organizativo do cooperativismo no estado. O primeiro, denominado de PRODECO-PA, conduzido pela antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), contava com técnicos de diversas instituições e entendia o cooperativismo como forma de associativismo rural e que visava o desenvolvimento econômico dos agricultores (SUDAM, 1970). O segundo, denominado PICEP, gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de forma idêntica ao anterior contou também com a parceria de diversas instituições, que estabeleceram como objetivo realizar o processo de renovação e fortalecimento das cooperativas paraenses (INCRA, 1975). Em suma, estes projetos desenvolviam atividades relacionadas à assistência técnica, capacitação administrativa e contábil, orientação de normatização e fiscalização, campanhas de difusão do cooperativismo em escolas, além de um diagnóstico e elaboração de projetos.

Neste resgate do histórico do cooperativismo, o autor aponta que na década de 1990, a ação da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) no Pará tinha um foco nas cooperativas de crédito da região metropolitana de Belém, de certo modo, não dando atenção para as cooperativas do ramo agropecuário, principalmente aquelas ligadas a agricultura familiar camponesa. Vale ressaltar que a entidade tem uma trajetória ligada às cooperativas urbanas, sem um olhar para as cooperativas agrícolas. Isso fica evidenciado ainda na pesquisa realizada por Rocha (2020), em que se constata que somente a partir de 2016 com uma análise do acesso, ou possibilidade dele, ao mercado institucional, por parte das cooperativas rurais. Isso é fruto do resultado do diagnóstico do cooperativismo paraense, realizado pelo Sistema OCB/SESCOOP.

Na região de Carajás, o processo de surgimento do processo organizativo dos agricultores ocorreu após o início do processo de intensificação na ocupação desse território a partir da década de 1970 e que culminou com a expansão da agricultura extensiva na região. É nesse contexto de expansão da fronteira agrícola e de implantação dos grandes projetos, ditos de desenvolvimento de integração regional, que se acelerou o processo de migração e acirrou o processo de luta pela terra. O cooperativismo na região remonta a poucas décadas, originado principalmente pela demanda de organização da luta pela conquista da terra e potencializado pelo financiamento governamental, e que nesse período contava-se, um total de aproximadamente 500 associações organizadas nos assentamentos e em áreas não regularizadas e de cerca de uma dezena de cooperativas (ativas ou estáticas) na região.

É preciso enfatizar que as primeiras iniciativas de organização dos agricultores camponeses voltadas para a produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas ligadas ao Movimento Sindical foram as cantinas comunitárias, que cumpriam o papel na comercialização dos gêneros alimentícios, ainda de maneira informal, já que não havia uma estrutura institucionalizada de apoio às atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais (ROCHA, 2020). Dado o sucesso dessas cantinas comunitárias surgiu as organizações denominadas de Caixa Agrícolas, com destaque para a Caixa Agrícola do Castanhal Araras (CAAR<sup>2</sup>) em 1988, localizada no município de São João do Araguaia. Posteriormente foi fundada a Caixa Agrícola do município de Eldorado dos Carajás (CAAMEC) com o apoio e assessoria do Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP).

Como apontado por Almeida (2011), a criação das cooperativas ligadas ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) ocorreu pela necessidade dos agricultores e agricultoras em consolidar a sua produção nas áreas de terra fruto da conquista no processo de luta pela Reforma Agrária. O autor ainda argumenta que apenas em 1991 foi iniciada a discussão sobre a necessidade de se criar uma entidade que respondesse pela comercialização da produção dos agricultores dentro do Programa Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)<sup>3</sup>.

A demanda dos agricultores em promover e consolidar a produção nas áreas de terra conquistadas deu início a discussão que culminou com a fundação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (COOCAT), em 18 de dezembro de 1992 por agricultores familiares provenientes de 06 municípios da região. Com a iniciativa da COOCAT, que possuía abrangência a nível regional, e pela falta de uma política governamental voltada para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável na região, o cooperativismo rural ligado ao movimento sindical foi se fortalecendo com a fundação de novas cooperativas e o investimento na implantação de novas agroindústrias de beneficiamento de frutas, para processarem principalmente açaí (*euterpe oleracea*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), oriundos da produção extrativistas nos assentamentos criados.

Cumprе ressaltar que a história e trajetória da COOCAT está estritamente ligada ao processo de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) rurais em torno das lutas sindicais organizadas no âmbito das ações desenvolvidas no programa CAT. O cooperativismo camponês se expandiu e fortaleceu na região com a fundação de novas cooperativas com formas de organizar e comercializar a produção agrícola e extrativista. Em 1992 foi criada a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista de Nova Ipixuna (Correntão), e em 1997 foi criada a Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Região Carajás (Cooper) no município de Parauapebas.

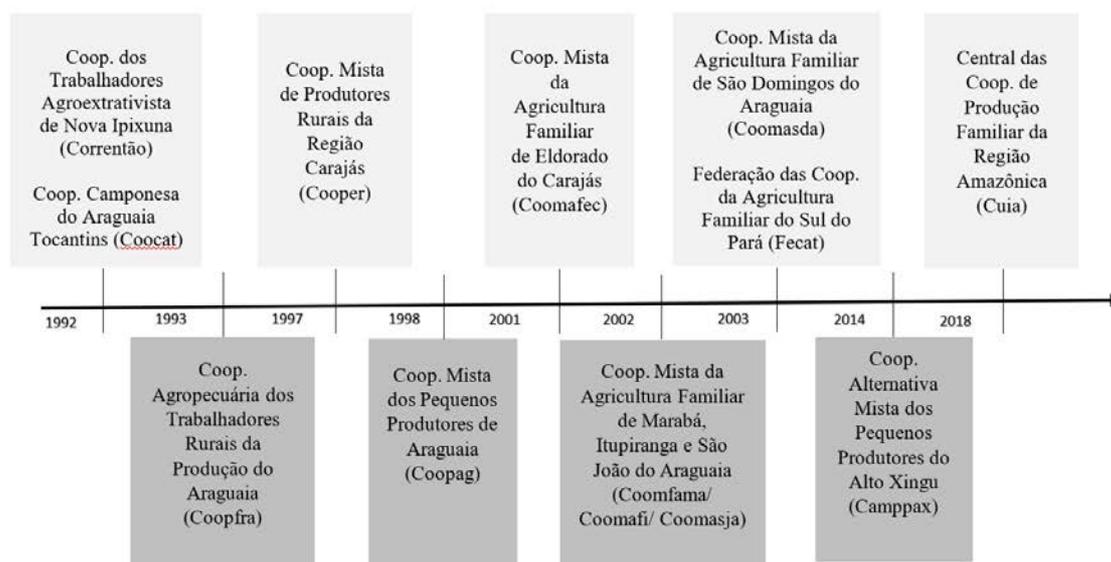
No âmbito do debate do fortalecimento e expansão do cooperativismo camponês, ocorreu em 2003 a decisão de descentralizar as ações da COOCAT com a sua dissolução e aproximar a atuação para os municípios culminando com a criação de 05 novas cooperativas municipais da agricultura familiar na área de abrangência da COOCAT e a fundação da Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (FECAT<sup>4</sup>), em 25 de julho de 2003. De acordo com Almeida (2011) a partir de 2007 a FECAT passou por um processo de melhoria e de ascensão, com ampliação na rede logística de transporte, implantação de laboratórios de análises e aumento da capacidade de

beneficiamento e armazenamento, além de um crescimento nas compras de frutos, maior diversificação dos produtos, melhorias sanitárias e conseqüentemente uma ampliação das famílias atendidas.

Importante destacar que neste período ocorreu um avanço na reforma agrária com aproximadamente 514 projetos de assentamentos criados na região, e cerca de 72.539 famílias assentadas ligadas ao MSTTR e MST. Diante dos desafios criados no novo cenário político em que se fortalecem políticas públicas voltadas para agricultura familiar, um conjunto de entidades e dirigentes destas cooperativas se organizaram em busca de alternativas e soluções para a superação dos desafios políticos, organizativos e econômicos para essas organizações (INCRA, 2020)<sup>5</sup>.

No contexto do trabalho desenvolvido no território que compreende a região de Carajás, a linha do tempo de criação/fundação das diversas cooperativas camponesas que participaram desta construção de uma representação regional do cooperativo ligados ao campesinato conforme demonstrado na Figura 1, é um instrumento importante para identificar a origem dessas experiências.

**Figura 1: Linha do tempo das Cooperativas (Coop.) Camponesas na Região de Carajás**



Fonte: Elaboração própria

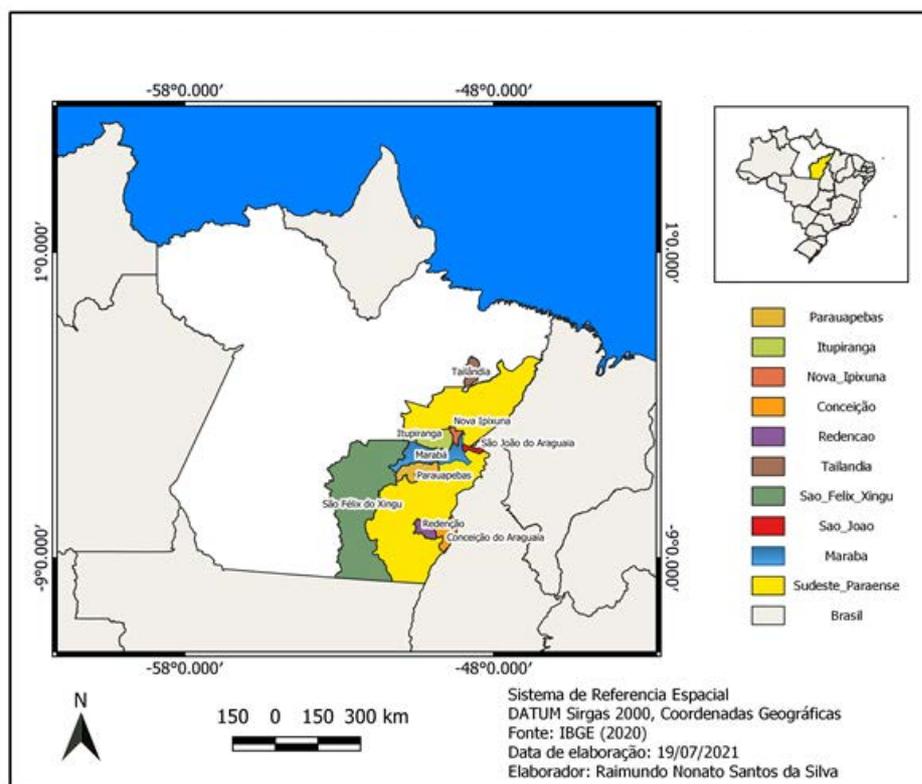
Neste cenário regional de luta pelo fortalecimento do cooperativismo regional é importante ressaltar que a FECAT teve um papel importante e estratégico no processo de organização e representação econômica dos camponeses ligados aos assentamentos de reforma agrária. Neste período de atuação desenvolveu diversos projetos produtivos de apoio às cooperativas filiadas, cabendo destacar o projeto denominado “Apoio a Geração de Renda – Juventude e Cooperativismo no Sul do Pará”, aprovado ao Programa Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania – edital 2010, com o objetivo de implantar 100

módulos de fruticulturas consorciadas com essências florestais, visando a produção de frutas e capacitação de Jovens rurais residentes nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária dos municípios de origem das suas cooperativas filiadas.

No entanto, após esse período curto de plena expansão e fortalecimento das cooperativas a FECAT iniciou um processo de decadência causado por dois principais elementos que por consequência resultou na necessidade do encerramento das atividades da Federação. O primeiro a escassez e dificuldade de acesso às políticas públicas de apoio aos processos organizativos e produtivos para as cooperativas, e o segundo elemento foi causados pelos problemas na gestão dos processos administrativos da Federação relacionados a execução dos projetos desenvolvidos.

Esses processos citados culminaram com a inviabilização legal da Federação para a formalização de parcerias junto aos órgãos governamentais, entidades privadas e representativas, onde foi necessário a criação de uma nova pessoa jurídica. Em 25 de julho de 2018 é criada a Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica (CUIA<sup>6</sup>), sendo mais uma inovação organizacional do movimento cooperativista ligada ao campesinato regional, conforme demonstrado no Mapa 01.

**Mapa 1: Localização das Cooperativas Filiadas à CUIA**



Fonte: Baseado em Silva *et al.*, (2021).

Atualmente de acordo com os dados oficiais do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021 existem 232 cooperativas filiadas à OCB/PA, no ramo agropecuário existem 62, existem 100.723 cooperados no geral e 2.999 no

ramo agropecuário, quanto a números de empregados no geral 3.414 e no ramo agropecuário 432 (OCB, 2022).

#### **4. ENTENDENDO OS LIMITES DO COOPERATIVISMO NA REGIÃO DE CARAJÁS**

Na presente seção é feito um diagnóstico das cooperativas a partir da análise de onze cooperativas localizadas em nove municípios na Região de Carajás (PA). A amostra é formada por um conjunto representativo, que corresponde às principais iniciativas no campo do cooperativismo no território analisado. A metodologia da pesquisa seguiu o formato de entrevistas semiestruturadas com os presidentes das cooperativas e alguns cooperados. Apesar de tentar identificar aspectos gerais sobre o cooperativismo na região de Carajás, a técnica de pesquisa utilizada foi o estudo de caso (YIN, 2001), que consiste na escolha de situações-problema das instituições estudadas, com o intuito de promover uma discussão consolidada em fundamentos teóricos. No estudo de caso, optou-se por uma abordagem qualitativa (MATIAS-PEREIRA, 2010), buscando identificar elementos empíricos e subjetivos que ajudem a identificar os obstáculos enfrentados pelas cooperativas vinculadas à CUIA. Esta pesquisa é, ainda, de natureza descritiva (GIL, 1999), e busca a partir dos elementos apontados pelos atores entrevistados identificar regularidades econômicas que ajudem a entender esses obstáculos.

No diálogo com os atores locais diretamente envolvidos com as cooperativas, os resultados obtidos no levantamento apontam para desafios em três eixos principais: os insumos, o beneficiamento e a comercialização final. No primeiro eixo, insumos, as principais dificuldades foram sintetizadas em cinco grandes questões. A primeira é a armazenagem dos produtos. Várias cooperativas citaram essa dificuldade, mas nas agroindústrias de frutas esse problema é mais importante. A segunda questão é a ausência de sistemas de irrigação nas propriedades dos cooperados que provoca problemas graves nos períodos de estiagem. Nesse ponto, é importante destacar que apesar da região de Carajás está localizada dentro do bioma amazônico, a ampliação das pastagens e das queimadas têm modificado o clima da região, alterando as condições de plantio e produção agrícola. Uma terceira questão é a falta de assistência técnica que se articula com um outro problema que é a baixa capacitação técnica dos cooperados. Essas duas limitações influenciam diretamente a quarta questão levantada pelas cooperativas que é a baixa qualidade dos produtos ofertados pelos associados. Por fim, a quinta questão relacionada aos insumos é a dispersão territorial dos associados que amplia as dificuldades em articular ações em comum pelas cooperativas.

No eixo de beneficiamento, as cooperativas da agroindústria destacaram as principais questões. A primeira é a ausência de equipamentos próprios para beneficiar os produtos. Na maior parte das cooperativas, os equipamentos são alugados ou de alguns associados e não de propriedade coletiva. A falta de registro para as polpas produzidas é uma segunda questão importante que impõe dificuldades também para a comercialização. O elevado custo de energia elétrica no Estado do Pará foi lembrado pelos participantes como um fator que eleva os custos de produção, visto que para garantir a conservação das polpas de frutas produzidas é necessário manter os refrigeradores ligados de forma contínua. Por fim, as duas últimas dificuldades citadas estão articuladas com a baixa capacidade de financiamento que essas cooperativas enfrentam e que se

manifesta através de recursos escassos para investir em modernização e restrições no capital de giro.

Por fim, no eixo da comercialização os principais problemas citados estão ligados às questões mais estruturais que dificultam a consolidação das ações das cooperativas. O primeiro problema citado é a precária infraestrutura de transporte e distribuição (estradas, pontes) no estado do Pará. Além de ampliar os custos de produção, devido ao elevado custo de manutenção dos veículos, afeta a qualidade dos produtos e a capacidade de atender determinadas regiões. Um segundo problema é a ausência de mercados consumidores estáveis. O interesse dos cooperados em ampliar o investimento e a produção é limitado em um contexto em que não há convicções se haverá demanda para a produção ofertada, devido à ausência de um mercado consumidor consolidado. Considerando que os principais centros de consumo ficam distantes dos locais onde se localiza a produção, a existência de atravessadores é outro problema apontado pelas diferentes cooperativas.

As dificuldades listadas pelas cooperativas que compõem a CUIA dialogam diretamente com os elementos apontados por Hu *et al.* (2022) com base na contribuição de Chayanov (1991). Analisando a experiência cooperativista na China, os autores apontaram um conjunto de obstáculos que ajudam a entender o porquê de as cooperativas dos trabalhadores rurais falharem em uma economia de mercado. Dos elementos apontados pelos autores, alguns deles correspondem diretamente ao que foi levantado pelas cooperativas da CUIA. O primeiro deles é a incompatibilidade entre as necessidades de curto prazo dos pequenos produtores e os imperativos de médio a longo prazo das cooperativas. Esse elemento sempre esteve presente nas análises das cooperativas, especialmente as que desenvolvem mais ações de beneficiamento, que tendem a demandar investimentos de médio e longo prazo maiores do que outras cooperativas que vendem seus produtos na forma in natura.

Para Chayanov (1991, p. 118), diante da pressão social que os trabalhadores rurais sofrem para garantir a sua reprodução, há uma necessidade de fluxo constante de recursos financeiros que termina por impedir que investimentos de longo prazo sejam realizados. A escolha de reduzir o investimento e focar em retornos mais rápidos explica a dificuldade em ampliar a produção das cooperativas. A escolha em comprar equipamentos e aplicar recursos em ativos imobilizados com um tempo maior de retorno pode dificultar a própria sobrevivência dos cooperados.

O segundo obstáculo é a falta de capital inicial e tecnologia. Especialmente nas cooperativas de frutas em que é necessária uma infraestrutura física mais sofisticada para preservar os frutos congelados e transformá-los em polpas. A dificuldade em acessar capital e tecnologias apropriadas para as necessidades aparece como obstáculo para a consolidação das cooperativas. Chayanov (1991) vai argumentar que a maioria das cooperativas não possuem capital inicial suficiente para manter as operações normais, muito menos gerar retornos financeiros suficientes para ganhar a confiança dos membros. A única forma de conquistar isso é através da integração vertical, articulada com um aperfeiçoamento tecnológico para garantir o aumento da produtividade ou aumentar o poder de mercado (HU, *et al.* 2022).

A poderosa competição de contrapartes capitalistas, terceiro obstáculo apontado por Hu *et al.* (2022) nas cooperativas chinesas, aparece especialmente

na comercialização dos produtos da CUIA. As cooperativas que possuem melhor infraestrutura de produção e acesso a insumos, enfrentam dificuldades no momento de ter acesso aos mercados consumidores. A concorrência de empresas capitalistas tende a pressionar as cooperativas a atuarem com preços de mercados que tendem a não cobrir os custos da produção e remunerar apropriadamente os associados.

Por fim, o alto custo de organização social e mobilização é observado claramente como um empecilho central para as cooperativas. Contudo, para esta dificuldade, em especial, as cooperativas já conseguem apontar algumas estratégias: A primeira é o intercâmbio produtivo, através de pontos de venda compartilhados, circulação de informações, visitas nas cooperativas. Há uma consciência por parte de todos os representantes das cooperativas que compõem a CUIA que a força econômica se amplia quando eles compartilham entre si as experiências e ampliam a sua organização e mobilização. A segunda estratégia passa pela formação técnica voltada especialmente para os seguintes temas: certificação e registro das unidades; gestão financeira e contábil; cooperativismo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O esforço deste trabalho foi apresentar alguns dos desafios enfrentados pelas cooperativas que compõem a CUIA na região de Carajás (PA). Como argumentado ao longo do trabalho, entender a experiência cooperativista dos trabalhadores rurais passa por uma compreensão das dinâmicas agrárias. Nesse sentido, o texto buscou em um primeiro momento recuperar em linhas gerais os principais elementos que estruturam o debate sobre a questão agrária, com foco no debate sobre o Brasil e a Amazônia.

Em síntese, a teoria do Paradigma da Questão Agrária (PQA), o agricultor familiar e o camponês são sujeitos similares, e que eles lutam em busca de estratégias e alternativas contra os avanços do capitalismo na agricultura. Enquanto isso, diferentemente do PQA o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), reúne diversos argumentos, com os quais afirma que estes sujeitos são distintos, pois o camponês com o processo de tecnificação se metamorfoseia em agricultor familiar, transformando-se em produtor de mercadorias (LIMA, 2016). Dentro desse debate, foi dado um foco especial ao PQA, em especial a contribuição de Chayanov (1991), que oferece elementos importantes para articular a discussão do campesinato com a experiência cooperativista, bem como avaliar os seus limites.

Partindo desse arcabouço teórico, foi apresentado em linhas gerais a origem histórica do cooperativismo na região de Carajás até a criação da CUIA. Esse processo esteve associado com as lutas sociais desse território e de certa forma reflete os limites e possibilidades produzidas a partir dessa dinâmica social. Entendê-la permite compreender de forma mais sistemática os obstáculos que essas cooperativas enfrentam, e que podem ajudar a construir os caminhos para a superação desses desafios.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALMEIDA, Luciano Leal. **Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

BRASS, Tom. **Class, Culture and the Agrarian Myth**. Leiden: Brill. 2014.

BURKE, Brian. **Cooperatives for “Fair Globalization”? Indigenous People, Cooperatives, and Corporate Social Responsibility in the Brazilian Amazon**. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 6, p. 30 - 52, 2010.

CARDOSO, Ana.; CÂNDIDO, Lucas; MELO, Ana. **Canaã dos Carajás: Um Laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do Século XXI**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (online), v. 20, n. 1, p. 121-140, 2018.

CHAYANOV, Alexander. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHAYANOV, Alexander. **Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. 1924. In: CARVALHO, H. M. de (Org). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Co-Operatives**. Columbus, Ohio: The Ohio State University Press. 1991.

CHAYANOV, Alexander. **The theory of Peasant Economy**. Illinois: The American Economic Association, 1966, p. 386.

CONGILIO, Celia. **Mineração, Trabalho e Conflitos Amazônicos no Sudeste do Pará**, *Revista de Políticas Públicas*, nº especial, p. 195 – 199, 2014.

COSTA, Francisco. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: NAEA, 2012. p. 310. v. 1.

COSTA, Francisco. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. UFPA. NAEA. Belém. 2000. 355p.

COSTA, Francisco. **Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: Uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017)**. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)*, v. 23, p. 83 - 96, 2021.

FELÍCIO, Munir.; FERNANDES, Bernardo. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. *Veredas - Revista Del Pensamiento Sociológico*, v. 28, p. 435-475-475, 2014.

FELIX, Galoppini. **O real papel das empresas multinacionais no mundo atual**. São Paulo: Editora Toth, 2020.

FUTEMMA, Célia; CASTRO, Fábio; BRONDIZIO, Eduardo. **Farmers and Social Innovations in Rural Development: Collaborative Arrangements in Eastern Brazilian Amazon**. *Land Use Policy*, v. 99, p. 1 - 12, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 1999.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie; LAMMEREN, Ilja. **Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question**, The Journal of Peasant Studies, v. 48, n. 4, p. 715-733, 2021.

HU, Zhanping; ZHANG, Qian Forrest; DONADSON, John. **Why do farmers' cooperatives fail in a market economy? Rediscovering Chayanov with Chinese experience**. The Journal of Peasant Studies, 2022.

HUMPHRIES, Shoana; HOLMES, Thomas; ANDRADE, Dárlison; MCGRATH, David; DANTAS, Jeremias. **Searching for win-win forest outcomes: Learning-by-doing, financial viability, and income growth for a community-based forest management cooperative in the Brazilian Amazon**. World Development, v. 125, 2020.

HUNT, Diana. **Chayanov's model of peasant household resource allocation**. The Journal of Peasant Studies, v. 6, n. 3, 1979.

KAUTSKY, Karl. **The agrarian question**. London: Zwan Publications, 1988.

LENIN, Vladimir. **Lenin e a questão agrária (1917-1922)**. São Paulo: Portal, 2012.

LIMA, Eloísa. **Territórios paradigmáticos: Breve análise para a compreensão das propostas do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)**. Boletim Dataluta, n. 101, p. 1 - 7, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

MICHELOTTI, Fernando. MALHEIROS, Bruno. **Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia**. Revista da Anpege, v. 16, p. 635-674, 2020.

MONTEIRO, Maurílio, SILVA, Regiane. **Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás**. Confins (Paris), v. 1, n. 49, 2021.

NASCIMENTO, Celso; TORRES, Iraildes; NETO TORRES, Diogo. **The Amazon Rural Economy and the Social Way Cooperative**. Mediterranean Journal of Social Sciences, v. 5, n. 14, p. 52 - 59, 2014.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2021**. Sistema OCB, 2022.

PIEKIELEK, Jessica. **Cooperativism and Agroforestry in the Eastern Amazon: The Case of Tomé-Açu**. Latin American Perspectives, v. 37, n. 6, p. 12 - 29, 2010.

RAMOS, Johnny; COSTA, Francimara; FRAXE, Therezinha; SANTIAGO, Jozane; GONÇALVES, Vinícius. **O cooperativismo como fator de potencialização do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas: o caso de uma cooperativa agrícola de Rio Preto da Eva - Amazonas**. Research, Society and Development, v. 11, n. 7, p. 1 - 12, 2022.

ROCHA, André Carlos de Oliveira. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. Orientador: William Santos de Assis; Coorientador: Philippe Jean Louis Sablayrolles. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SAES, Maria; SILVA, Vivian-Lara; NUNES, Rubens; GOMES, Tamara. **Partnership, Learning and Adaptation: A Cooperative Founded by**

**Japanese Immigrants in the Amazon Rainforest.** International Journal of Business and Social Science, v. 5, n. 12, p. 131 - 141, 2014.

SCHULMAN, Michael; GARRET, Patricia; NEWMAN, Barbara. **Differentiation and survival among North Carolina smallholders: An empirical perspective on the Lenin-Chayanov debate.** The Journal of Peasant Studies, v. 16, n. 4, p. 523-541, 1989.

SILVA, Lindomar; PINHEIRO, José; SANTOS, Endrio; COSTA, Jemima; MENEGHETTI, Gilmar. **O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM.** Boletim de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo, n. 59, p. 199 - 226, 2019.

SILVA, Raimundo; SILVA, Daniel; GOMES JÚNIOR, Evaldo; MICHELOTTI, Fernando. **O papel do Cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária no Sudeste paraense.** Congresso Internacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Local C759a (3: 2021: Feira de Santana, Bahia) Anais do III Congresso Internacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Local [recurso eletrônico]: colhendo idéias para adiar o fim do mundo, 24 a 26 de maio de 2021, Feira de Santana/Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. Feira de Santana: UEFS, 2021.

SOUZA, A. L. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA).** 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. 220 f.

STAATZ, Jhon. **Farmers' incentives to take collective action via cooperatives: a transaction cost approach.** IN ROYER, J. S. (Ed.), Cooperative Theory: New Approaches, ACS Service Report No. 18, USDA Agricultural Cooperative Service, Washington, DC, 1987. pp. 87-107.

VALENTINOV, Vladislav. **Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economic perspective.** Journal of Institutional Economics, v. 3, n. 1, p. 55 - 69, 2007.

WANDERLEY, Luiz. **Conflitos e impactos ambientais na exploração dos recursos minerais na Amazônia.** Geo Puc, v. 2, n. 3, p. 1-26, ago. 2009.

WHITE, Ben. **Marx and Chayanov at the margins: understanding agrarian change in Java.** The Journal of Peasant Studies, v. 45, n. 5 - 6, 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo.** In: Crítica Marxista, N. 10. Boitempo Editorial. São Paulo. 2000. 11 – 29 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman. 2001.

---

<sup>1</sup> As Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, no Brasil, constituem a divisão geográfica regional do país, segundo a composição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As regiões geográficas intermediárias foram apresentadas em 2017 pelo IBGE, com a atualização da divisão regional do Brasil, e correspondem a uma revisão das antigas mesorregiões, que estavam em vigor desde a divisão de 1989. As regiões geográficas imediatas, por sua vez, substituíram as microrregiões.

<sup>2</sup> A Caixa Agrícola do Castanhal Araras (CAAR) foi fundada em 1989 com atuação junto aos assentados do Projeto de Assentamento Castanhal Araras criado em 04 de agosto de 1987, localizado no município de São João do Araguaia, estado do Pará.

<sup>3</sup> Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) - Programa de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pará/UFPA. O Programa CAT começou a trabalhar em 1988 com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia e Jacundá. A partir de 1993 filia-se a esta estrutura os Sindicatos dos municípios de São Domingos do Araguaia, desmembrado do Município de São João do Araguaia e Nova Ipixuna que desmembrou de Itupiranga. No início do Programa a composição do Programa CAT, tinha a representação dos agricultores - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia – FATA e dos Pesquisadores - Laboratório Sócio Agrônomico Tocantins – LASAT.

<sup>4</sup> A Federação denominada FECAT foi constituída por sete cooperativas, sendo elas: Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Itupiranga (COOMAFI), Cooperativa dos Trabalhadores Agro-extrativistas de Nova Ipixuna (CORRENTÃO), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia (COOMASJA), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São Domingos do Araguaia (COOMASDA), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Eldorado dos Carajás (COOMAFEC), Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás (COOPER), Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá (COOMFAMA).

<sup>5</sup> Segundo relação disponibilizada pelo INCRA referente a projetos de assentamentos criados na área de abrangência da Superintendência Regional Pará / Marabá - SR 27 – atualizada em 14/12/2020, disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> [acesso em 11/05/2021].

<sup>6</sup> A Central denominada CUIA foi criada por nove cooperativas singulares filiadas à Central, sendo elas: Cooperativa Alternativa Mista dos Pequenos Produtores do Alto Xingu (Campax), Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores de Araguaia (Coopag), Cooperativa Agropecuária dos Trabalhadores Rurais da Produção do Araguaia (Coopfra), Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Carajás (Cooper), Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Marabá (Coomfama), Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de São João do Araguaia (Coomasja), Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Itupiranga (Coomafi), Cooperativa Mista dos Trabalhadores de Nova Ipixuna e Região (Correntão) e Cooperativa Agropecuária de Tailândia (Coagrotai). (SILVA Et al, 2021)